

A CIDADE E OS OPERÁRIOS

Beatriz Ana Loner*

A cidade, como local de formação e desenvolvimento da classe operária, espelha, em seu traçado, em suas políticas de contenção e disciplinamento das “massas” urbanas, as marcas da presença do operariado, uma marca que vai além de sua participação como força de trabalho ou como moradores, mas que se amplia no sentido de uma presença política, velada ou abertamente inscrita no mapa da cidade.

No Brasil, na transição do Império para a República, que também representou uma transição em termos de regime de trabalho (da escravidão para o trabalho livre), a questão do disciplinamento da mão de obra ocupou muitos administradores e políticos da época, que produziram ampla legislação a respeito, o que continua sendo objeto de estudo de muitos historiadores ainda hoje. Da mesma forma, a modificação espacial e social das cidades para adaptarem-se aos novos tempos do capitalismo e da “modernidade” e a segregação de parcelas significativas de sua população trabalhadora, em bairros distantes, vilas ou cortiços, também já foram estudadas, em diversas áreas.

Contudo, pouca atenção mereceu a visão dos próprios trabalhadores e de suas lideranças, sobre o processo de transformação do espaço urbano, ao final do século XIX e início do XX e a forma como eles se inseriram e se adaptaram a esta nova cidade e suas regras. Esta comunicação pretende trazer algumas contribuições para este debate, analisando a cidade pela descrição de trabalhadores na etapa de transição do Império para a República no Brasil, em Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul (1880-1910). Interessa-nos, especialmente, as distintas visões da cidade, que aparentemente, parecem contrapostas, mas na realidade, desvendam apenas diferentes posições dentro de um mesmo *continuum* estranhamento-integração, que, por sua vez, é constantemente modificado pela dinâmica dos acontecimentos e pela interação social dos indivíduos submetidos ao processo. Neste sentido, pretende-se também ver algumas das formas pelas quais o próprio espaço urbano foi modificado, nas três cidades em estudo, em decorrência de manifestações da organização operária.

Submetido a precárias condições de vida durante a fase inicial do processo de industrialização e com o impacto das rápidas transformações daí resultantes, que interferem diretamente em seu modo de vida, o trabalhador frequentemente desenvolve reações de temor e ressentimento com essa situação, o que termina refletida na forma como ele vê a cidade, que lhe aparece como um espaço não seu, dominado e administrado por agentes do capital ou autoridades sobre os quais ele não tem nenhum controle e que, pelo contrário, querem exatamente controlá-lo e explorá-lo, em todas as instâncias de sua vida, seja na fábrica, seja como consumidor ou, ainda em seus locais de moradia, nos bairros, vilas e cortiços. Essa situação já foi explorada historiograficamente no Brasil, destacando-se aqui os estudos de Nicolau Sevcenko e José Murilo de Carvalho, sobre as transformações sanitárias e arquitetônicas do Rio de Janeiro no início do século XX e que culminaram na Revolta da Vacina, gigantesco motim popular que visava protestar contra a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, reivindicando a inviolabilidade e a dignidade do corpo dos moradores, especialmente os populares que, já aturdidos com as radicais transformações do espaço urbano, estavam ainda sendo coagidos pelas autoridades, as quais editaram uma série de leis e decretos regulamentando o uso das ruas e a conduta em público.²

A relação das classes populares com a cidade é frequentemente ambígua, pois eles historicamente formaram sempre a parte mais desconsiderada e negligenciada dos seus habitantes. E, durante a maior parte dessa história, sem poder de ingerência sobre sua administração, suas leis, regulamentos, etc. Em muitos textos dos próprios operários, transparece um sentimento de impotência e frustração, em relação as situações do cotidiano urbano, enfrentadas, frequentemente confundido com a própria noção de exploração da classe. Assim, há muitos relatos das condições desumanas que têm que passar, dentro da fábrica e também fora dela, acomodados precariamente em vilas e cortiços, cujos proprietários, gananciosos e insensíveis, não se incomodam de jogá-los à rua sem o menor escrúpulo em casos de atrasos nos aluguéis. Também são muito comuns as queixas relativas a sua locomoção até as fábricas ou locais de trabalho, seja pelas ruas enlameadas e

escuras, seja pelos transportes inadequados ou muito caros. Ressalta-se ainda, uma constatação decepcionada da falta de interesse da administração e autoridades em geral em solucionar seus problemas, ou, pelo menos, ouvi-los. Se esta questão, nos países centrais, ficou solucionada à medida em que os trabalhadores foram conquistando o direito de voto e alargando sua participação organizada na vida política de cada país, ao mesmo tempo que formavam poderosas Uniões Sindicais para reivindicar salários e melhores condições de trabalho, nas nações da América Latina, muitas das queixas ouvidas no início do século XX ainda poderiam ajustar-se a realidades sentidas neste início do XXI século.

Nesta comunicação, um dos nossos objetivos é demonstrar essa ambivalência, pois ao lado dessa dominação que sofrem nessa **cidade dos outros**, em que eles são mero objeto de exploração e/ou controle, também termina aparecendo uma outra cidade, na qual sua participação coletiva, deixou marcas nas ruas e no cotidiano, provocando inflexões políticas e alterações urbanísticas e arquitetônicas. Além disso, há também, na memória, e nos sonhos de cada um, uma cidade ideal e real ao mesmo tempo, feita a partir de memórias coletivas, com lembranças de lutas há muito travadas, mas que se inscreveram definitivamente no imaginário popular e também plena de memórias pessoais, de esquinas, ruas, edifícios e locais, secretos e individuais, muitos deles existentes apenas nos sonhos ou na imaginação, enfim, uma **cidade compartilhada**, no sentido de partilhada com outros e compartimentada individualmente. Assim, para avaliar a verdadeira relação dos trabalhadores com a cidade, há que se buscar situá-los em termos de classes e setores sociais, em relação recíproca no espaço urbano, sem dúvida. Mas há também que enveredar por outros caminhos, aquele das lembranças e da vida cotidiana, dos laços formados pela convivência de quem nasceu e viveu sempre ali, entre os seus, dos espaços guardados na memória de indivíduos que percorreram os caminhos de bairros e vilas de uma cidade, cumprindo uma trajetória de vida operária, mas também identificando-se com ela e seus locais, suas peculiaridades, edifícios e praças, suas ruas e lojas, seus personagens e características.

A cidade dos outros

A situação do proletariado no início da República brasileira (fins século XIX) não era nada lisonjeira, em qualquer lugar do Brasil. Salários diminutos, dificuldades de abastecimento, preços altos, falta de emprego, longas horas de duração da jornada de trabalho, permanência dos antigos hábitos escravistas no tratamento do operário, tudo ali se colocava. No estado do Rio Grande do Sul, terceiro estado em termos de desenvolvimento industrial no Brasil durante o período da República Velha, a maior parte dos trabalhadores urbanos estava concentrada em três cidades: Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Especialmente em Pelotas, cidade em que a maior oferta de trabalho era sazonal, devido a safra do charque (novembro a maio), isso implicava em longas jornadas de trabalho no verão quente e úmido e áridos e gelados meses sem trabalho no inverno, consequentemente sem comida, sem condições de pagar um local para morar e sem sobreviver dignamente. Os jornais da época, das principais cidades gaúchas, estão repletos de queixas de habitantes sobre a carestia de vida, a falta de saneamento, as constantes epidemias, etc.

Mais escabroso devia parecer o problema aos olhos dos imigrantes, muitos deles atraídos para o Brasil por propostas não realizáveis de melhoria das condições de vida. Ainda no final do século XIX, ocorreram motins e revoltas em Porto Alegre, de imigrantes italianos confinados numa hospedaria de imigrantes, que só cessaram com o compromisso da repatriação ³. Em Rio Grande, onde funcionava uma Delegacia de Imigração, o quadro não era mais promissor. Muitos desses imigrantes eram deslocados para as colônias, estabelecidas ao redor dos grandes centros urbanos, ou na serra gaúcha, mas, por ironia, já eram operários urbanos em seus países de origem e se recusaram a viver da terra. Por outro lado, a oferta de emprego diminuiu drasticamente nos anos imediatos a Abolição (1888). Assim, há relatos de autoridades municipais, solicitando que não seja permitida a vinda de mais colonos ou operários, porque não há onde ocupá-los. Em Rio Grande surgiram notícias de colonos austríacos, que desesperados pela fome, ameaçavam tornar-se assaltantes pelas ruas da cidade, para sobreviver. Outros, mal desciam dos navios que os trouxeram da Europa (com passagem subsidiada pelo governo brasileiro) e esmolavam para conseguir completar o dinheiro necessário para seguir viagem à Argentina ⁴.

No Rio Grande do Sul, a passagem do Império a República trouxe muitos problemas políticos, desencadeando uma guerra civil entre duas facções da oligarquia gaúcha, ambas detentoras de propriedades rurais, e que terminou com a vitória dos castilhistas, membros do Partido republicano Rio Grandense e que terminaram praticamente monopolizando o poder no estado até 1930. Mas a crise econômica também foi forte, motivada pela retração dos negócios das charqueadas, em Pelotas e outras cidades do estado, que sofreram um rude golpe com a abolição, tanto pelo prejuízo financeiro e administrativo da libertação da mão de obra, quanto no mercado para seus produtos, que passa a ser diminuído, pois tradicionalmente o charque era comida de escravos. A indústria, privada de proteção oficial, será prejudicada pelos desmandos das autoridades econômicas, tanto no final do Império quanto nos anos iniciais da República. Assim, na década de 1880, um dos principais fatores de mobilização dos setores ligados às indústrias foi a diminuição da tarifa sobre os produtos importados, como forma de concorrer com o viçoso e desenvolvido contrabando nas fronteiras com o Prata. Já na República, a forma de controle da política monetária, com alguns bancos ganhando poderes de emissão de moedas e o descalabro financeiro da política econômica de Rui Barbosa, levando muitas indústrias a falência. Isso marcará também os trabalhadores, pois significará falências, recessão econômica e menores oportunidades de emprego.

É exatamente neste momento que a classe operária está-se formando no Brasil, enfrentando estes e outros problemas para seu desenvolvimento. Afinal, está-se falando de uma classe que vai ter, presidindo seu nascimento, dois impactos sucessivos e marcantes: aquele da libertação da mão de obra nacional, modificando portanto, todas as relações de trabalho e a decorrente da enxurrada de imigrantes, de nacionalidades, ideologias e experiências muito diversificadas. Estes dois setores vão se encontrar dentro da mesma posição, situados no extremo da hierarquia social, sem entretanto, ainda fazerem parte de um conjunto comum. Vários serão os problemas, provocados pela lentidão do processo de integração de imigrantes e nacionais, brancos e negros, ex-escravos e homens que sempre foram livres, dentro de uma mesma classe, a classe operária. Cada nacionalidade lançou mão de estratégias diferentes de sobrevivência, com algumas sendo muito mais favorecidas do que outras e a diferenciação étnica e de origem, cobrou um preço alto, pelo menos nas duas primeiras décadas, manifestando-se em dificuldades de integração e rivalidades nacionais. Isso é expresso pela carta abaixo, que descreve a realidade de Pelotas nos primeiros anos da República:

Aqui os antigos escravos, que vivem ainda, ficam acocorados de manhã e a noite nas calçadas, esperando que se lhes dê um serviço qualquer e que ganhem alguns vinténs. Os outros vivem na mendicância. Eles tem a oportunidade, nas cidades, de ver as suntuosas habitações de seus ex-senhores, onde eles ou seus antepassados foram espancados, habitações pertencentes aos grandes, ou capitalistas ou fazendeiros. Perguntem a eles a quem pertence tal casa : "Ao sr. Barão de pessoa muito humanitária e que favorece a pobreza". Seus filhos agora são soldados da República. Com seus botões dourados e seu sabre do lado, amedrontam o estrangeiro. E de fato, o colono evita toda a familiaridade com eles. Ignorantes, tolos, vaidosos, viciosos e maus, estão sempre prontos a servir o coronel, qualquer que seja a sua opinião política, monarquista, republicano, partidário desta ou daquela, separatista, ao primeiro sinal de revolta.

O colono, quando chega, tem seu lote de terra, bem caras, mas que pagará logo que possa saldar seus interesses. Ele a cerca, rega a terra, planta a árvore e a colheita e edifica uma cabana. Seu sustento será arroz, feijão preto e mate chamarão, farinha de mandioca, etc. Seu sonho é comprar um cavalo para levar sua produção à cidade. Às vezes, há tormentas que os prendem dias e dias em casa. Chegando a cidade, é necessário passar pela inspeção, que constata se o número do carro data do ano corrente, Senão será preciso pagar 50\$000 ou 10\$000 ,conforme a espécie de imposto que negou-se a pagar quando o fisco apresentou-se na colônia [.....] São precisos 15 anos desta vida, ao fim dos quais, o colono é proprietário. Cansado, envelhecido, com os filhos analfabetos e invejosos, que esperam a morte dos parentes para dividir ou vender a colônia . Muitos não tem a paciência de esperar 15 anos e vão a cidade oferecer seus braços ao trabalho urbano e fazer baixar assim o salário, já tão diminuto pelo atropetamento.

O Operário brasileiro fica em torpor, apenas alguns grupos se reúnem [...] mas reúnem com o único fim de divertir-se . No 1º de Maio vem os operários implorar aos patrões de render

homenagem ao trabalho e fechar as oficinas. O patrão presta-se de boa vontade a isto e todos ficam satisfeitos. Durante este tempo, os governadores fazem seus negócios, pronunciam seus discursos patrióticos, multiplicam os impostos, etc. Em suma, nada a ganhar para o operário europeu que vem a este país. Mau clima, sobretudo no litoral, salvo em lugar plano. É preciso dois anos para aprender o português. Independente dos capitalistas, há muitos bichos e insetos nocivos [...] tudo os incomoda e , para finalizar, a febre amarela. 5

O tom de desprezo e ressentimento do autor, tanto em relação a negros quanto a estrangeiros, merece reparos da direção do jornal de Rio Grande, que por sua vez, a transcreveu do jornal francês "Le Temps Nouveaux," exatamente para criticá-la, argumentando que não existiria essa distancia entre o nacional e o estrangeiro no país. Entretanto, pode-se admitir, por esse e outros exemplos colhidos do jornal, que, se não havia total oposição, pelo menos havia também uma situação de estranhamento, de desconfiança ainda mútua entre ambas as partes, o que só será dissipado ao longo do tempo, com a convivência e as experiências de trabalho e vivência em comum.

Apenas com o passar do tempo, a participação em sindicatos e a difusão de doutrinas socialistas ou anarquistas, este mútuo estranhamento foi quebrado, desenvolvendo-se o processo de integração na sociedade brasileira. Esse processo foi razoavelmente mais rápido em locais em que as colônias não conseguiram desenvolver instituições próprias, tais como escolas e outras associações representativas de suas nações de origem, com as crianças já sendo educadas e socializadas em português. Por conta disso, nas cidades de colonização alemã e italiana ao redor de Porto Alegre, a integração na nacionalidade brasileira pouco avançou no período, tendo sido praticamente forçada no período da Segunda Guerra Mundial. Já para a região da Campanha gaúcha, na qual o imigrante era pouco mais do que um trabalhador isolado e desfavorecido, como descrito acima, a segunda geração se mostrava mais disponível para a integração completa, com a perda dos laços de origem. Voltando ao trecho acima, vê-se que o missivista não encontra saída para a situação descrita, pois se os nacionais são servís e maus, os estrangeiros são gananciosos e tolos, todos, entretanto, igualando-se na ignorância e no acomodamento. Entende-se que, para um estrangeiro com algumas luzes, colocado em um meio muito mais atrasado, do qual não conhece os usos e costumes (que, por outro lado, considera bárbaros) a situação deveria ser terrível e sem esperanças de melhora.

Entretanto, a própria cidade poderia se constituir de repente como um ente estranho, mesmo frente aqueles que a conheciam de longo tempo. Veja-se a seguinte citação de um morador de Rio Grande, surpreso com o acelerado desenvolvimento industrial da mesma ao redor de 1880, momento em que grandes empresas se instalaram na região:

Há 15 anos na cidade de Rio Grande, era uma terra rica, rica na sua pobreza remediada. Era um lugar onde todos trabalham (sic) para si ou muito pouco para os outros. Era uma cidade onde não tinha pobres, considerada esta palavra na sua expressão repelente e onde a civilização, a nossa civilização clássica que consiste em empobrecer um para enriquecer o outro, ainda não tinha vez. Hoje, ela está aqui mais do que qualquer outra cidade do estado. Para qualquer lado em que se vira os olhos depara-se um enorme cano de fábrica, como recortando os rolos de nuvens que passam pelo ar... 6

Essa observação amargurada de quem sofreu as conseqüências desse processo, repete-se em vários outros momentos e situações, nas falas operárias. Junto a ela, um sentimento de impotência, provocado tanto pelo gigantismo dos problemas a serem enfrentados, quanto pelas poucas condições que, naquela situação, um operário teria para sobreviver e manter sua dignidade. O diretor do jornal Echo Operário, por exemplo, mostra-se angustiado com uma situação em que se viu envolvido quando, tentando auxiliar um companheiro com a esposa doente, teve que empreender uma peregrinação por bairros lamacentos e distantes, em busca do médico em que ela confiava, o qual, mesmo se propondo a atendê-la de graça, queria ter sua condução paga pela família da doente, o que era impossível devido a seus poucos recursos financeiros. Depois de ouvir uma descompostura do médico, e regressar sem o atendimento à doente, ele

expressa seu ressentimento pela humilhação que passou, mesmo numa situação de aparente “generosidade” dos setores mais favorecidos com os “subalternos”.

O trabalhador nacional sempre foi preterido em relação ao imigrante, como acontecia em todo o país, especialmente para os primeiros anos da República. Os empregados nas charqueadas ficavam praticamente sem emprego na entressafra, o que refletia a extrema escassez de trabalho, no início do período republicano em algumas cidades gaúchas:

Mas terminadas as safras, a maior parte do tempo "trocavam as pernas" sem encontrarem onde trabalharem nem mesmo por um cruzeiro ou pouco mais. Vimos, alguns deles, nas safras "secas" isto é quando não trabalhavam nas charqueadas, se oferecendo nas obras por dois cruzados - 80 centavos por dia! e nem mesmo assim aceitavam, pois não havia o que fazer **7**.

Além do trabalho ser muito cansativo, a tarefa de prover a alimentação da família não o era menos, especialmente no inverno, quando as charqueadas não funcionavam e, portanto, não havia o expediente de compra dos miúdos de bois ou o barateamento do preço da carne fresca. Mas além dos trabalhadores, que amargavam essas péssimas condições de vida e de trabalho, havia também os excluídos, entre eles os velhos, desempregados e deficientes, descritos por Xavier, cronista do Alvorada:

.... havia no tempo em que tudo era barato, cortejos de pedintes, que às 5^{as} feiras e aos sábados, andavam de porta em porta pelo centro da cidade, firmados nas muletas, guiados por aleijados ou sozinhos, arrastando-se e que viviam em corredores de quartos úmidos, inçados de percevejos ou piolhos, sujeitos aos despejos a qualquer hora do dia por falta de pagamento de aluguéis. Os proprietários destes cortiços (não seriam todos) tiravam-lhes os cacarecos, constantes de uma cama desengonçada, ou de um catre velho , junto a uns trapos sebentos, servindo de cobertas, de uma panela e uma chaleira, de caixões de lata de querosene servindo de armários e de mesas, quando não dormiam sentados pelo chão ou em cima da cama ou de outras bugigangas próprias do forno do lixo ou senão 3 ou 4 cacarecos imprestáveis a que se dava o nome de ' mobília de palhaço' **8**.

Antes da Revolução de 93, havia os comissários que eram aqueles que vendiam carvão ou lenha aos particulares, tratando com os carreteiros e explorando-os. Xavier descreve a situação de miséria em que moravam estes últimos: os filhos como filhotes de avestruzes, filhas ariscas que nem pombas do mato, mal nutridos e analfabetos, soltando ao vento, ou prendendo-se nos espinhos os pedaços de roupa que usavam. Também suas mulheres padeciam, maltrapilhas e mal nutridas, em ranchos de pau-a-pique com palha santa-fé em que as cobras se aninhavam. Seu trabalho era hercúleo, cortando árvores, preparando o carvão, dormindo ao redor do fogo ou embaixo das carretas, transitando em estradas esburacadas, atolando pelos caminhos ou caindo em barrancos, perdendo bois e carretas **9**.

Mas também os trabalhadores empregados não tinham situação melhor:

Quem numa manhã destas, de frio intenso, vai pelas imediações da charqueada **10** Italo-Brasileira verá a humanidade que reina nos corações dos donos daquilo. Imaginem os operários levantarem-se da cama as 5 horas para tomar café e comer, porque com café só não se passa até as 11:30, um pão duro, porque aquela hora os padeiros ainda não distribuíram o pão fresco, para não perderem de ganhar com o que sustentar-se. Naturalmente comer é modo de falar-se, porque aquela hora o estômago não pode de forma alguma digerir os alimentos que recebe. De noite, as 7 horas, saem aqueles desgraçados, mártires do capital, cansados e vão procurar suas casas nas ruas alagadas e escuras da Cidade Nova. Quem os vê, lembra-se dos versos sublimes do poeta Dante quando descreve os condenados ao inferno. Ali não se houve o alegre vozear da saída dos operários de outras fábricas, ali todos saem calados, com o cansaço estampado em cada uma daquelas fronte honradas. **11**

A negligência no atendimento das necessidades básicas do trabalhador, combinava-se com a política de controle exercida sobre o mesmo. O recente passado escravista pesava sobre toda a sociedade, levando, por um lado, a um desprezo dos patrões com os trabalhadores em geral e, por outro, ao não reconhecimento de direitos a esses setores. Para as autoridades e a elite política,

havia o problema, especialmente agudo nos primeiros anos após a Abolição, de como inculcar os valores da sociedade capitalista e burguesa, especialmente da necessidade do trabalho e sua valoração, sobre aquele conjunto, diferenciado e heterogêneo de indivíduos, que eram vistos como potencialmente perigosos se não domesticados.

Subordinar o trabalhador, para que trabalhasse sem coerção física evidente, envolvia um conjunto de medidas, disciplinares e persuasivas, destinadas a capacitá-lo a desenvolver atitudes e comportamentos adequados ao que a sociedade necessitava. As principais medidas disciplinares empregadas na região foram a intimidação, a criação de Regulamentos para o serviço de criados e a tentativa de controlar a circulação dos trabalhadores pela cidade, através de cartões fornecidos pelos patrões 12. Os jornais da época estão cheios de exemplos do uso de coerção física contra os denominados ociosos e vagabundos. Em julho de 1890, uma autoridade policial de Porto Alegre mandou ofício ao Presidente de Província, demonstrando preocupação com o problema da ociosidade de milhares de indivíduos ex-escravos e também de praças do exército e propondo recolhê-los à colônia militar do Alto Uruguai, sujeitando-os à disciplina da caserna 13.

Pelas notícias encontradas, está claro que a repressão "disciplinadora" constituiu-se um problema na vida das pessoas pobres e não se restringia aos adultos ou aos desempregados. Meninos e adolescentes eram encaminhados por suas mães à escolas ou empregos, como forma de fugir à ação dos elementos que caçavam crianças para a escola dos Aprendizes de Marinheiros existente em Rio Grande 14. Em Pelotas, a polícia invadia cortiços, becos e bailes, prendendo aqueles que ela julgasse desocupados, especialmente negros e obrigando-os a trabalhar algumas horas na varredura das ruas. 15 Em Porto Alegre, o jornal A Gazetinha fazia campanhas contra a vadiagem e os desocupados, utilizando-se de uma visão moralizadora e preconceituosa contra a população empobrecida, embora fosse um jornal que apoiasse o movimento socialista.

Esta violência contra as camadas pobres da população aumentou após a Revolução de 1893 e a consolidação do governo dos castilhistas. Em 1896 a Guarda Municipal de Pelotas obrigava pessoas ao trabalho forçado no calçamento de ruas, utilizando como pretexto o combate à ociosidade. Muitos eram trabalhadores, que perdiam seus empregos, por serem "coagidos a trabalhar de picareta e enxada dias seguidos.... Ninguém os ouve, ninguém os atende e no trabalho estão sob o terror do sabre, que lhes aquece as costas se recusam a algum serviço" 16. Ao disciplinamento físico correspondiam tentativas de coação intelectual, como a perseguição e expulsão de pessoas com idéias diferentes, especialmente operários de tendências socialistas e anarquistas.

Várias doenças endêmicas rondavam as cidades, todas elas com péssimas condições sanitárias, responsáveis pela manutenção de um alto índice de mortalidade durante toda a Primeira República. O relatório do delegado de higiene pública de 1893, em Pelotas, alertava para as péssimas condições de higiene entre os imigrantes que não estavam acostumados com o clima e as doenças, além de estabelecer outras causas para as epidemias: "Casas que mal podem conter quatro pessoas, são ocupadas por dez ou vinte. Os cortiços mais imundos, regurgitam de moradores acumulados em cubículos úmidos, sem ar e sem luz" 17. A própria conformação urbana, com várias ruas sem esgoto, com estábulos em ruas centrais e populosas, o clima úmido e a falta de arborização auxiliavam a propagação de doenças. Na década de 20, repetiram-se reportagens sobre cortiços e péssimas condições de vida na cidade. Rio Grande não apresentava melhores condições sanitárias, havendo também inúmeras descrições de episódios de miséria humana, especialmente na Cidade Nova, local de moradias operárias.

Outro grave problema que terminou afligindo as camadas pobres urbanas, foi o seu envolvimento forçado com a luta das facções políticas no episódio da guerra civil que dividiu o estado de 1893 a 1895. Este recrutamento, embora indiscriminado, terminou atingindo com mais intensidade o negro, como denunciou o jornal *O Exemplo* de Porto Alegre 18. Segundo Rodolpho Xavier, operário negro, em Pelotas: "Durante o período revolucionário e de contínuo 'pega-pega', invadindo lares pobres, fábricas, oficinas, charqueadas, obras em construção, atacando e prendendo pelas ruas, organizaram-se dois batalhões..." 19 Ele próprio foi alistado a força nas tropas federalistas em 1892 e, na seqüência, nos anos de 1893-94, serviu as forças legalistas, na Guarda Municipal. Há informações de que muitos operários foram forçados a dormir dentro das fábricas, para escaparem a esse recrutamento forçado.

Ou seja, a cidade para o trabalhador aparecia-lhe como um ambiente perigoso e hostil, frequentemente apresentando-lhe surpresas que terminavam atingindo-o em suas perspectivas de sobrevivência e a sua família. Nela, ele tinha negado alguns direitos básicos, como o de aceitar ou não o trabalho, o de ir e vir e de ter plena liberdade para fazer sua vida conforme lhe aprouvesse.. Esses direitos estavam na raiz dos “sonhos” operários, pelo menos na França do século XIX, segundo Michelle Perrot²⁰. Era constantemente vigiado e controlado pela polícia, além de muitas vezes, enfrentar-se com o desprezo ou a arrogância de classes melhor situadas economicamente.

A cidade (com)partilhada:

Frente a tudo isso, como entender que o operário podia, em alguns momentos, sentir aquele espaço como seu?

Em primeiro lugar, porque a classe operária é eminentemente urbana, nascendo, juntamente com o manufaturas, da transformação burgos medievais e tendo sua própria existência acoplada a difusão do modo de produção capitalista pelo mundo, o que acontece, na maioria dos casos, juntamente com o desenvolvimento e expansão da malha urbana. Ainda mais, é exatamente a concentração dos trabalhadores em fábricas, a convivência de centenas ou milhares de trabalhadores em comum, nos bairros e vilas operárias, ao lado da facilidade de difusão, neste meio, de novas idéias, são estes os elementos que vão propiciar o processo de organização e conscientização da classe, em outras palavras, vão auxiliar a própria formação da classe. Portanto, seria difícil dizer que o proletariado não se reconhece na cidade, se ele também é, de certo modo, um produto dela.

Em segundo lugar, porque, ao longo de sua trajetória os trabalhadores vão desenvolvendo certas relações com sua cidade, vão reconhecendo locais como seus, vão modificando seus espaços e lugares devido ao resultado de sua atuação e suas práticas. Assim, a imagem da cidade que eles possuem tem a marca do coletivo, pois frequentemente remete a acontecimentos e situações não necessariamente presenciadas por todos, mas que se incorporaram a sua história e suas lendas, chegando a eles de diversas formas, principalmente através de sua imprensa e da oralidade e passadas adiante sempre dessa mesma maneira. Em terceiro, porque, para cada indivíduo, a cidade mostra-se diferente, pois ele a carrega consigo de forma peculiar em seus pensamentos, matizada pela sua própria trajetória e situação de vida e também, remodelada pelas suas memórias, da forma mais conveniente, a cada momento.

Muitas cidades tem zonas propriamente operárias, com indústrias e bairros industriais e proletários, de convivência quase restrita a eles e portanto, a cidade também comporta repartições em termos de classe, muito importantes no sentido da demarcação dos territórios operários. Hobsbawm discute a existência desses territórios operários nas cidades burguesas e a forma como muitos trabalhadores limitam sua circulação a estes locais²¹, mesmo em seus momentos de folga, durante o século passado.

Essa sua observação colide em parte com Michele Perrot²², que credita aos operários franceses do século XIX três desejos básicos com relação a cidade: que ela seja aberta, ou seja, franqueada a todos, que se possa circular livremente por qualquer de seus espaços e que permita aos trabalhadores morar o mais possível próximo ao centro. Por isso, segundo ela, cada levante busca primordialmente ocupar novamente o centro da cidade, de onde os operários franceses vão sendo paulatinamente expulsos tanto pela especulação imobiliária, quanto pelas políticas de saneamento do governo. Essa fascinação pelo centro, para ela, decorre também do fato que ele concentra os principais espaços públicos da cidade. Deve-se, entretanto, ressaltar que Hobsbawm lida com os operários do século XX, que já tem outra idéia em relação ao conforto material de suas casas e a própria estruturação mental da cidade, Perrot estuda a realidade do século XIX.

Nesse tópico, vamos desenvolver um pouco dessas relações com a cidade e, para tanto, vamos começar com outra descrição de Pelotas, desculpando-nos antecipadamente pelo seu extenso tamanho, necessário, entretanto, para que se possa estabelecer uma comparação efetiva com a anterior:

Rua São Jerônimo:

“Avoluma-se a campanha abolicionista. Como produto da época existia o capitão de mato.

Quer fosse ou não por instinto de raça, o certo é que os moleques não simpatizavam com ele.

Os garotos da zona da Ponte da Pedra, da Caixa d' Água, da Cadeia Velha, as proximidades do beco do Piriquito e da ponte da Pinguela ,se reuniam, na baixada do Sobrado do Faustino Trápaga, fronteira a praça da Ponte de pau – Henrique D'Ávila, hoje Floriano Peixoto, anos depois Praça do Pavão, dos Enforcados na gíria popular.

Na praça, pela parte mais alta, se depositava o lixo da cidade. No verão, matagal de carrapichos, atoleiros pelo centro e pelo costado do paredão, até o arroio Santa Bárbara. Diariamente, da fábrica de cerveja, despejavam cacos de garrafas. Aos domingos e dias santificados, realizavam-se festas na Cervejaria Ritter. Pela Rua São Jerônimo, desde a ponte de pedra até a praça Pedro II, eram casas de comércio de primeira ordem: a livraria Americana, pela rua Andrade Neves e na Esquina Bazar da Moda; grande depósito de louças; as farmácias: da Caridade (Araújo Góis) e nos fundos, pela rua Santa Bárbara, a do Souza Soares; a confeitaria Cardoso, a Padaria Maneca Leite e defronte o Colégio Sul Americano; o armazém do Burlamarque; a ferragem do Castro Silva; a venda do Júlio Teixeira, pela rua Paysandu , e mais tarde, o armazém do Granja. Havia lojas de fazendas, de máquinas, tamanqueiros, sapateiros, tanoeiro, funileiro e duas vendas em pequena escala.

Alojavam-se, por esta época, 1882, 1883, 1884, entre as ruas Santa Bárbara e Gal. Osório, num salão, lotes de imigrantes italianos com destino as colônias, hoje cidades e centros produtores de vinhos.

Na esquina da rual Gal. Osório (Casa Bromberg) costumavam parar pretos minas, velhos e alquebrados, a espera de quem os chamasse para mandaletes ou carretos leves. Foram inegavelmente os precursores dos mensageiros de hoje. Por volta de 82 até 86 ou 87, andam pela zona o Zé Pereira, conhecido por “Deus te Livre”, pois esse era o bordão com que abria e terminava as suas arengas pelas esquinas. Outras vezes apregoava: “ O Maia não quer”; “ O Caldeira não consente”. Aludia ao dr. Maia que tinha sido autoridade a o major Caldeira, delegado na ocasião.

O João Peludo ,que além de encher os bolsos de pedras para atirá-las nos guris, superlotava os forros do casaco de volumosa papelaria velha do comércio. O Galinha Choca- inseparável de seu cabo de vassoura e de um saco as costas, catando imundícies pelos monturos.

A Pereira- prato saboroso dos guris, pelas pragas e pelo nariz arrebitado, pela vestimenta e pelo feitio do corpo.

Aos sábados, dia de esmolos, tocava ao Cego e a Marfisa Louca- par de galhetas – agüentar as travessuras da gurizada.

Também não descansavam o “ Tuta-i” preto velho africano; o Gaspar tamanqueiro, português, barrigudo; o Chocolateira, velho italiano funileiro.

Respeitavam o Capitão Balbino (rioula comprida que nem Geribá) , talvez fosse pela altura, talvez fosse pelo medo.

O < pessoal> somente tinha folga quando a polícia andava pegando guris para os <menores> (Escola de Aprendizes Marinheiros).

Quando saia o palhaço do Circo de Touros, situado na Praça das Carretas (onde está a Usina), montado num petiço sarapintado e gritando : “ O palhaço morreu” a Gurizada respondia “ A barriga é minha”.

A passagem da Princesa Isabel, “o enterro da beduína”, a chegada do Testa-Furada, da quadrilha do Juvêncio Teixeira, tudo isso a gurizada assistiu e acompanhou. Devido ao pega-pega de menores todos os verões para a Escola de Aprendizes Marinheiros, as mães pobres tratavam de metê-los nas escolas e nos ofícios..... Porque? Porque não havia subnutrições, do contrário sucederia como agora... malocar de vagabundos e delinquentes **23**

A **24** cidade é a mesma, a época é a mesma, encontrando-se, inclusive a descrição dos negros velhos encostados em paredes e procurando trabalhos eventuais. Em comparação com a primeira citação, parece haver um oceano inteiro de distância entre os dois relatos, talvez o mesmo percorrido por aquele missivista do Temps Nouveaux em sua vinda para o Brasil. Contudo, essa distância deve ser matizada, pois a situação de vida de ambos os escritores são muito diferentes. Ironicamente, o pessimista autor da carta, tinha maiores oportunidades de sucesso individual nessa sociedade que desprezava, do que o otimista autor da crônica acima. Branco, culto, estrangeiro, provavelmente francês, numa sociedade que idolatrava a cultura e a língua francesas, talvez o obstáculo maior que ele viesse a enfrentar, para integrar-se e ascender socialmente, fosse sua casmurrice e inclinações operárias. Não o conhecemos, mas sua carta deixa entrever uma atitude de desistência, pois, em seu universo, não existem saídas para a situação que descreve. E, naquele momento, as Américas em geral, estavam plenas de possibilidades para indivíduos aventureiros e que soubessem explorar as oportunidades abertas.

Já o autor da crônica sobre a rua São Jerônimo não é nenhuma criança nascida em berço de ouro, que tem apenas lembranças risonhas da infância, mas sim o filho de uma escrava, que escapou deste destino apenas por ter nascido após a chamada Lei do Ventre Livre, de 1872, tendo irmãos no cativeiro. Na época retratada na crônica, teria cerca de dez anos, e apenas dois anos depois começaria a trabalhar, desenvolvendo, a partir de então, atividades de liderança consciente, tanto de raça, quanto de classe, sendo líder sindicalista, socialista e cronista do jornal negro Alvorada. Em suas crônicas, deixa o registro da vida sofrida dos trabalhadores da região e das lentas conquistas que fizeram ao longo do tempo.

Contudo, se sua situação de vida, cor da pele e infortúnio de nascimento o deixam em severa desvantagem frente ao primeiro autor, sua imagem da cidade é muito diferenciada. E isso por vários fatores. Em primeiro lugar, porque nessa crônica em especial, ele tenta fixar uma imagem positiva, mesmo de uma época difícil, mas que, pessoalmente, correspondeu à única etapa despreocupada de sua vida. Em segundo, porque ele está querendo estabelecer um contraponto com a época após guerra, em que escreveu a crônica e então, sua memória atuou de forma seletiva, embora não cortando as imagens menos condizentes com as brincadeiras e diversões infantis. Assim, esta cidade de sua memória, compõe-se de um misto de boas e más lembranças que alternam-se continuamente em suas descrições, ao sabor das necessidades de sua crônica e, especialmente, das lições que pretende passar aos membros da sua etnia, já que seu papel, no jornal, é o de estabelecer e passar a história oficial do grupo para as novas gerações. Se o olhar do correspondente do Le Temps Nouveaux, denota a permanência da rejeição a cidade estranha, de um “olhar de fora” que nada reconhece nem assimila, Rodolpho nos passa um “olhar de dentro”, olhar crítico, pois nele estão presentes os problemas da cidade, mas, ainda assim, ela é reconhecida como sua. E, subjacente ao texto, há a busca da participação, para si e sua etnia. Quando ele descreve o passado é sempre para estabelecer um contraponto com o presente que se quer construir nesse espaço determinado, de um estado singular dentro da federação brasileira. E, como ele, vários outros trabalhadores, nacionais ou estrangeiros, com suas peculiaridades e dificuldades, terminaram se somando a essa tarefa.

Nessa busca pela integração, utilizaram-se de alguns pontos de apoio, como entidades, jornais e associações, pois as décadas finais do século XIX no Brasil foram de organização de classes e setores sociais de forma acelerada para os padrões do que havia ocorrido até então. Este era uma característica marcante da época, com o associativismo sendo identificado com a modernidade e o progresso que vigorava na Europa e outras regiões do globo. Inúmeras eram as entidades, dos mais variados tipos, tendo como integrantes membros da classe operária. As sociedades beneficentes, com objetivos mutualistas (amparo na doença ou na morte de seus sócios) tinham preocupações profissionais ou nacionais-étnicas de arregimentação de seus membros. Para os imigrantes essas últimas serviam para a agregação dos conterrâneos, para estabelecer relações com a mãe-pátria, no caso das primeiras gerações e também para socializar os jovens, preservando os valores culturais daquele grupo, integrando as famílias e promovendo atividades

recreativas e educacionais para seus membros. Para grupos nacionais e discriminados, como os negros, serviam para conjugar esforços na luta pela aceitação na sociedade.

Essas associações costumavam participar da vida pública da cidade, seja em sessões em seus próprios recintos, seja tomando parte ativamente das festas da República, através de sessões solenes e desfiles comemorativos.

Ainda na última década do século XIX, ocorreu a difusão da comemoração da data de 1º de Maio. Em algumas cidades brasileiras, aconteceram grandes e ruidosas formas de comemoração da data, na tentativa de provar, através da expressão numérica de seus membros, o valor e a potencialidade das classes trabalhadoras e, portanto, o papel que elas estavam predestinadas a cumprir na moderna sociedade do trabalho assalariado que se inaugurava no país.

Segundo Hobsbawm, o estabelecimento da data do Primeiro de Maio como marco dos trabalhadores fez parte de encontros de suas lideranças e organizações, com o objetivo de definir uma data em que, mundialmente, se demonstrasse, frente as autoridades e burguesia, o peso do proletariado na sociedade capitalista. Para eles, tratava-se de estabelecer uma data significativa do valor do trabalho, o que acontecia exatamente no momento em que vários outros setores e até nações instituíam também elas seus marcos e ritos comemorativos. 25. Estabelecido no mês de maio devido ao simbolismo de ser o mês das colheitas no hemisfério norte, o Primeiro de Maio chegou cedo ao Brasil, comemorado pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1890, em Porto Alegre em 1892; em Pelotas, em 1893, e, em 1894, em Rio Grande.

Entretanto, no Brasil essa comemoração teve em seus primeiros anos, um caráter diverso, pois a falta de uma definição do próprio conceito de operário, ao lado da incipiente organização da classe, levou a uma maior amplitude nas comemorações, que passaram a ser um momento para demonstrar a força de todo o grande bloco do trabalho para a sociedade moderna, abrangendo patrões e operários. Muitos dos comerciantes e industriais da época tinham iniciado suas carreiras acumulando capital através de seu esforço físico, trabalhando, muitas vezes, lado a lado com seus empregados, nas oficinas, tendas ou pequenos negócios urbanos. Alguns eram imigrantes ou forasteiros, desvinculados pelo nascimento e pela educação das elites proprietárias e o fato de agora possuírem fortuna, não os livrara de um forte sentimento de inferioridade frente a elas. Assim, interessava-lhes afirmar seu próprio valor perante à sociedade. Para estes setores era necessário demonstrar a existência de um outro tipo de dignidade, a qual não estava radicada no ócio, na cultura, nas grandes propriedades, mas sim no mérito, no esforço individual e no trabalho, inclusive manual. As festas pomposas e solenes, com salvas de fogos e passeatas no centro da cidade, em vários momentos do dia 1º de Maio, eram uma forma de sinalizar a presença do trabalho dentro do espaço urbano, marcando o território. O desfile costumava ser realizado com muita ordem, utilizando-se de estandartes, bandeiras, e até tochas (em caso de passeatas noturnas), com os membros de associações portando dísticos ou insígnias de sua corporação. Assim, demonstrando sua força numérica, seu valor e sua disciplina, passavam pelas redações dos jornais, nas quais invariavelmente faziam discursos e recebiam discursos de volta, reafirmando seu valor. Na sessão solene no teatro, era reafirmada pela situação do trabalho na sociedade capitalista, o muito que fazia e o pouco que recebia, seu valor, e o risonho porvir que esperava por seus membros na sociedade do futuro, na qual o trabalho seria o principal pilar de sustentação. Após os primeiros anos, entretanto, a festa decresce de suntuosidade, assumindo um caráter mais propriamente operário, vinculada a grupos socialistas ou libertários.

Talvez o maior impacto visual dos trabalhadores no meio urbano, ocorra quando decidem ocupar as ruas, saindo das fábricas e locais de trabalho fazendo-se ver e ouvir pelas demais classes e ocupando espaços que não foram feitos para sua manifestação ou presença organizada, mas que sempre pertenceram, historicamente, as formas de expressão dos detentores do poder, seja político, seja financeiro, como é o caso do centro da cidade. Quando há manifestações operárias que transbordam das fábricas ou zonas industriais e seu entorno, frequentemente elas se dirigem para o centro político da cidade, que, nestes anos, costuma se confundir com o centro financeiro e comercial. Ocorrendo quase sempre no bojo de manifestações maiores, como greves gerais ou campanhas que extrapolam as reivindicações operárias (exemplo, lutas contra a carestia, lideradas por associações de trabalhadores, campanhas contra a guerra e pela paz, de inspiração libertária em 1914/1915), essa ocupação do centro da cidade se desdobra em duas formas distintas, que

também vão provocar atitudes diferenciadas dos poderes constituídos. No caso de passeatas ou desfiles em manifestações pacíficas (Comemorações do Primeiro de Maio, desfiles e passeatas pela paz e contra a guerra; comícios contra a alta do custo de vida) normalmente, permite-se o livre trânsito das manifestações, sem colocar obstáculos ao seu percurso para o que auxilia o fato desses eventos terem um caráter mais amplo que o puramente operário.

Entretanto, quando a ocupação do centro, ou de espaços urbanos fora da zona das fábricas, ocorre devido a um movimento grevista, de uma categoria ou várias, normalmente o policiamento é reforçado e frequentemente acontecem conflitos entre manifestantes e policiais, provocados quase sempre pela intervenção destes últimos, com o pretexto de coibir atos provocativos ou depredatórios. Rio Grande e Porto Alegre tem alguns exemplos desse tipo de confronto no período da República Velha, especialmente aqueles provocados pelas greves gerais, ocorridas em 1917, 1918 e 1919. Nesses episódios, o controle da cidade podia ficar pendente, quase em mãos dos trabalhadores, com as autoridades e o aparato repressivo ficando momentaneamente em segundo plano. Um desses momentos aconteceu em Porto Alegre em 1917, quando eram os grevistas que detinham o controle até de que carros poderiam trafegar em suas avenidas. Mais complicado foi o caso de Rio Grande, em que a greve geral de 1919, cheia de incidentes entre os grevistas e as forças de repressão, quase provoca uma insurreição na cidade, com a degeneração dos conflitos entre as partes. Esses episódios terminavam alarmando as autoridades e povoando suas cabeças com a idéia de uma insurreição proletária, pelo que estão na origem de uma profunda reação conservadora contra o movimento dos trabalhadores e as lideranças libertárias no final daquela década. E pelo lado dos trabalhadores, da forma como se realizavam estes movimentos, eles ficavam restritos à poucos dias, e, embora trouxessem uma mudança no curto prazo, a intensificação da repressão que se seguia, levava a desarticulação do movimento. Assim, cedo os militantes aprenderam que o simples domínio do espaço urbano não trazia nenhum deslocamento ao eixo do poder político e financeiro, embora seu valor ideológico e no imaginário da população fosse significativo.

Hobsbawm [26](#) comenta que, na Europa do século XIX, na tentativa de prevenir futuras insurreições operárias, várias cidades foram remodeladas, com a construção de grandes avenidas e a demolição de ruas estreitas que dificultavam o combate dos insurgentes pelas forças da repressão. Segundo ele, essa remodelação acabou tornando mais visível outra forma de ocupação do espaço urbano pelos trabalhadores, que se tornou a marca característica do novo século: as grandes concentrações e desfiles públicos, com manifestações de massa que impressionavam as demais classes pelo seu número e pela quantidade de associações reunidas em seus desfiles. No Brasil, a remodelação foi feita anteriormente a própria organização operária, mas mesmo assim, o alargamento das avenidas e a derrubada dos cortiços e quiosques das ruas centrais das principais cidades brasileiras, se tiveram por justificativa explícita a necessidade de saneamento, também contemplaram entre suas outras preocupações, o afastamento das massas subalternas da população e sua realocação nas periferias ou zonas delimitadas das novas metrópoles.

Em outras reformas urbanas, sente-se também outras marcas da preocupação com a possível utilização do espaço pelos trabalhadores, como o preenchimento de espaços vazios junto aos centros do poder, feito pela remodelação de praças, ajardinamento e o plantio de árvores, por exemplo, como ocorreu em Rio Grande, numa tentativa de evitar a existência de espaços amplos que pudessem ser vistos como locais naturais de ajuntamentos e comícios. O estabelecimento de postos policiais e a construção estratégica de quartéis, de forma discreta, mas efetiva, na vizinhança das sedes do poder, foram outras das medidas empregadas, ao longo do último século no Brasil. Contudo, a principal medida sempre passou pela retirada do centro das fábricas e outros focos de possível contestação, como as universidades durante o recente período da ditadura militar.

Mas além das marcas físicas, várias das lutas operárias permaneceram presentes nas memórias dos participantes ou daqueles que apenas presenciaram estes fatos, ou ainda, daqueles que apenas ouviram falar, mas incorporaram estes episódios, frequentemente de forma difusa e romanceada, a história e as lendas de cada lugar. Em entrevistas de história oral, costumam ressurgir estas lembranças coletivas, de momentos em que a expressão organizada do movimento tomou o centro da cidade, normalmente seguida de confrontos com a polícia, resultando em mortos ou feridos. O fato de serem momentos fugazes em décadas de dominação de classe, não lhes tira o sabor da demonstração da força e valor da organização proletária.

Rio Grande tinha marcada mais fortemente essa característica, pois o centro político e financeiro da cidade encontrava-se muito perto da zona do porto com sua concentração de trabalhadores. Além disso, as peculiaridades do trabalho da estiva, a tradição combativa de suas associações, frequentemente organizadas nacionalmente e o uso de métodos de luta mais pesados do que em outros locais, faziam de suas manifestações um momento de tensão constante na cidade. Hobsbawm define a cidade ideal para uma insurreição popular como aquela em que uma grande concentração populacional, alia-se a espaços não compartimentados, uma orientação natural para um centro geográfico e de poder e uma população razoavelmente homogênea ²⁷. Bem, das cidades em estudo, Rio Grande era a que mais se aproximava desses parâmetros, embora fosse a menor em termos de número de habitantes, o que compensava com a maior densidade de trabalhadores dentre as demais. Obviamente, a questão da população homogênea não era o forte de nenhuma das cidades citadas, mas os estudos de seus movimentos já provou que se a divisão étnica poderia trazer desvantagens durante os períodos normais, durante os momentos de greve ou mobilizações mais acentuadas ela tendia a ser diluída pelo desenvolvimento, embora ainda tímido, de uma identidade operária.

A presença mais forte e constante dos trabalhadores em Rio Grande, era dada pelo seu relativo grande número, face ao conjunto da população, e entrevista quando se deslocavam pelas ruas, no rumo de seus locais de trabalho. Contudo, ela realmente se tornava um fato, quanto, organizadamente, em movimentos de greve ou datas festivas, eles saíam às ruas, com suas bandeiras e palavras de ordem. Estudando sua história aparecem as lembranças dessas lutas, como as praças centrais – onde foi proibido sentar-se durante a greve de 1919, depois de um combate entre trabalhadores e polícia na área central; a zona do porto, local de onde costumavam subir muitas colunas de trabalhadores, em momentos de greve, conclamando seus companheiros de outras ocupações a somar-se a eles em suas reivindicações. Uma das características das greves gerais desta cidade, ao longo do século XX, é que as passeatas vinham subindo do porto para o setor comercial e residencial da cidade e, em seu trajeto, todos os estabelecimentos, industriais ou comerciais iam sendo fechados, com muitos dos demais trabalhadores incorporando-se ao movimento. As memórias dessas lutas ainda povoam o imaginário popular rio-grandino; pois embora poucos possam dizer com clareza quem e quando ocorreu, mas a morte de uma operária numa passeata no início dos anos 50 freqüentemente comparece na resposta a pergunta sobre a fama da cidade, “cidade vermelha”, como outras cidades portuárias do país. A descrição dessas greves, os tumultos e as tensões que provocavam em Rio Grande, estão inscritas na sua história e repetem-se e em cada movimento, ao longo de mais de um século.

Demarcar seus espaços, ocupar o centro da cidade, em cada manifestação, em cada movimento, é uma forma da classe dizer que está presente no centro urbano e que suas reivindicações e problemas não podem passar despercebidos do restante da sociedade. Daí, as passeatas e marchas que sempre demandavam o eixo central, próximo às duas praças e ao poder executivo, transformado assim, em cenário de suas lutas.

Embora também tenham porto, as outras duas cidades foram menos marcadas por esta realidade. Pelotas, porque seu centro era distante da zona portuária e sua industrialização não se concentrava em um local determinado da cidade. E Porto Alegre porque, como capital do estado, contava com quartéis militares e delegacias de polícia estrategicamente distribuídos entre a zona central e a portuária. Obviamente, o fato de seus portos serem mais limitados, porque correspondendo a portos fluviais, também ocupa um papel não ainda corretamente dimensionado em sua menor radicalização.

Assim, as grandes manifestações de massa na capital normalmente tiveram um caráter mais político e menos sindical. O que não significa que não tivessem a presença de trabalhadores. Por exemplo, no período anterior ao início da guerra civil, ocorreram muitos episódios de manifestação de setores vinculados ao trabalho, incluindo nesta conta pequenos empresários, artesãos e demais trabalhadores, que tiveram um claro cunho político, freqüentemente em associação direta com partidos oligárquicos que disputavam o poder. Capitaneados por associações de classe amplas, os trabalhadores porto-alegrense, transmutados em “povo” e tendo junto a si políticos de variadas cores, dentro do espectro tradicional das oligarquias, auxiliaram a depor governadores e aclamaram outros naqueles conflituosos e instáveis anos. Esse processo culminou na guerra civil, arrastando várias lideranças do mundo do trabalho, que participaram em governos ou alistaram-se voluntariamente em forças revolucionárias de um e outro lado, num processo que, evidentemente,

levou ao fim do movimento organizado. Segundo Pacheco 28, nesse processo, os trabalhadores demonstraram completo domínio das ruas e intuíram do imenso poder que este controle poderia lhes trazer, em termos políticos. Entretanto, o desdobrar da guerra e a vitória do Partido Republicano Rio Grandense na mesma, terminaram impedindo qualquer outra forma de capitalização desta “vantagem” tática.

E também levou embora todos os sonhos de participação independente com partidos próprios na República, regime que inicialmente levantou grande interesse entre os grupos mais esclarecidos de trabalhadores. Alguns haviam participado de grupos ou clubes republicanos e acompanhavam, ansiosos, o estabelecimento do novo regime, depositando muitas esperanças na renovação da vida nacional, que se esperava viesse a ocorrer. Entretanto, em poucos anos foi se clarificando os limites do sistema republicano, na forma como foi implementado no Brasil e, especialmente, o pouco espaço permitido para a participação das classes populares nele.

Concluindo, pode-se dizer que os trabalhadores possuem uma relação ambivalente com a cidade. Por um lado, a vêem com temor, como reduto e dominação de seus inimigos, os patrões e as autoridades. Porém, eles também se consideram parte dela e ela está presente em suas lembranças e memórias. Ainda deve-se considerar que significativos trechos de suas ruas e avenidas foram marcados por suas lutas e mobilizações, portanto essa cidade não é só deles, não é só dos operários, ela é um espaço compartilhado em que os desejos, sonhos e expectativas comuns, de indivíduos e classes podem ser compartilhados e possuídos.

Por outro lado, é evidente que também houve medidas tendentes a resguardar o centro urbano de suas investidas organizadas e assim, qualquer história do centro urbano, que contemple desde suas construções até suas posturas e códigos de leis, vai desvelar aspectos desse embate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERND, Z. e BAKOS, M.- *O negro, consciência e trabalho*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

CARVALHO, José Murilo. *A Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, Eric. Los partidos obreros em las grandes ciudades. REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGIA, Unam, ano L, nº 3, julio / septiembre de 1988, p. 21-36.

HOBSBAWM, Eric. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984., cap: Cidades e insurreições, p. 221-234.

LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: EDUFPEl, 2001.

ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

PACHECO, Ricardo. *O Cidadão está nas ruas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

PERROT, Michele. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984

Referencias

* Profa. Doutora, Universidade Federal de Pelotas.

2. SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentres insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984 e CARVALHO, José Murilo. *A Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.
3. Notícias retiradas dos jornais *Onze de Junho*, 4/4/1889 e *Tribuna Federal*, de março de 1893, Porto Alegre
4. *Imigração – Relatório dos trabalhos e despesas realizados pela agência de imigração de primeira classe na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1894*. Rio Grande: tipografia Trocadero, 1895.
5. *Echo Operário*, Rio Grande, 18/10/1897.
6. *Democracia Social*, Pelotas, 10/12/1893.
7. Rodolpho Xavier, *A Alvorada*, 31/1/1953, Pelotas
8. Rodolpho Xavier, *A Alvorada*, 2/5/1955, Pelotas.
9. Rodolpho *A Alvorada* 10/12/1955, Pelotas
10. Na verdade, tratava-se de uma fábrica de tecelagem.
11. *Echo Operário*, Rio Grande, 18/6/1899
12. *Onze de Junho*, Pelotas, 11/1/1889.
13. *Correio Mercantil*, Pelotas, 2/7/1890.
14. Em abril de 1890, as autoridades policiais de Pelotas queriam pegar os meninos que andavam pelas ruas e obrigá-los a trabalhar ou enviá-los ao Arsenal de Guerra em Porto Alegre, ou a Escola dos Aprendizes Marinheiros em Rio Grande (*Echo do Sul*, Rio Grande, 1/4/1890). Essa seria uma medida usual, segundo Xavier.
15. *Correio Mercantil*, Pelotas, 21, 23 e 30/3, 1890.
16. *Opinião Pública*, Pelotas, 21/10/1896
17. *Diário Popular*, 18/1/1893, Pelotas.
18. BERND, Z. e BAKOS, M.- *O negro, consciência e trabalho*. Porto Alegre, EdUFRGS, 1991, p. 81.
19. Rodolpho Xavier, *A Alvorada*, 5/12/1953, Pelotas.
20. Para essa autora, o trabalhador francês do século XIX valorizava muito mais o espaço urbano do que sua própria moradia, normalmente um local acanhado e de pouco conforto material. Entretanto, os amplos espaços da cidade, o desejo que não houvesse restrições em sua circulação e utilização do espaço público faziam parte das idéias operárias sobre a cidade ideal. PERROT, Michele. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, capítulo: Os operários, a moradia e a cidade no século XIX, p. 117.
21. HOBBSAWM, Eric. Los partidos obreros em las grandes ciudades. *REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGIA*, Unam, ano L, nº 3, julio / septiembre de 1988, p. 21-36.
22. PERROT, Michele, op. cit. .
23. *A Alvorada*, 19/3/1949, Pelotas
- 24.
25. HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
26. HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984., cap: Cidades e insurreições, p. 221-234.
27. Idem, p. 223.
28. PACHECO, Ricardo. *O Cidadão está nas ruas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.